

PATRIMÔNIO CULTURAL DO LITORAL DE FORTALEZA: OS DESAFIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

Antônio Gilberto Ramos Nogueira¹
André Aguiar Nogueira²

Resumo: Os inventários quando aplicados em situação urbana têm se constituído em importante recurso metodológico na produção de sensibilidades e conhecimento histórico sobre o patrimônio cultural das cidades. Enquanto instrumentos de identificação e preservação do patrimônio cultural, os inventários têm buscado mapear e reconhecer espaços e práticas, por meio de registros, nos quais os valores referenciais das identidades sociais se configuram em sua natureza dinâmica. Seguindo esta perspectiva, o artigo desenvolve algumas considerações acerca da experiência de pesquisa e registro das tradições e sociabilidades urbanas que constituem o patrimônio cultural do litoral de Fortaleza. Busca inventariar práticas culturais e representações sociais constituídas ao longo do processo de modernização da orla da cidade. Problematiza lugares, memórias, personagens e referências culturais das localidades praianas, sobretudo, a partir das sensibilidades que emergem das entrevistas.

Palavras-chave: cidade, patrimônio cultural, inventário, litoral.

THE CULTURAL HERITAGE ALONG THE COAST OF FORTALEZA: SOME CHALLENGES TO HISTORICAL RESEARCH

Abstract: Using inventories in urban contexts consists in an important methodological instrument for the search of sensitivities and the construction of historical knowledge about cultural heritage of cities. Thinking of them as tools for drafting and preserving cultural heritage, inventories serve to map and pinpoint some spaces and practices from manifold evidence in which social identities and their reference values are seen in their dynamic nature. In that sense, this paper presents some thoughts on a research experience that led to record some of the traditions and urban sociabilities linked to the coast areas of Fortaleza. So the authors want to take account of cultural and social representation practices built up over the modernization of the seafront region of the city as well as to think over some places, memories, characters and cultural references of that area especially from the sensitivities that emerge from interviews.

Keywords: city, cultural heritage, inventory, coastline.

¹ Doutor em História Social pela PUC/SP, professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ceará (UFC). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC/CNPq). E mail: antonioantonio@uol.com.

² Doutor em História Social pela PUC/SP, pesquisador do GEPPM, pós doutorando em História na Universidade Federal do Ceará com o projeto *Pesquisa e Mapeamento do Patrimônio Cultural do Litoral de Fortaleza*, ao qual o presente artigo está vinculado. E mail: andrepetpuc@yahoo.com.br.

O litoral urbano enquanto patrimônio cultural

(...) as superfícies das cidades contam histórias e o tempo. As cidades estão cheias de histórias no tempo: umas, sedimentadas e catalogadas, outras, dispersas, em forma de rastros e vestígios. Suas narrativas são épicas e cotidianas: falam de migração e produção, lei e riso, revolução e arte. Entretanto, ainda que óbvio, seu registro nunca é totalmente legível, porque cada incursão pelo palimpsesto das superfícies urbanas revela apenas traços dessas relações (...). Como resultado, as narrativas das cidades são tanto evidentes quanto enigmáticas. Conhecê-la é sempre experimental (HOLSTON, 1996: 243).

Em muitas cidades, os estudos e projetos acerca da diversidade cultural e das imbricações entre urbanidade, patrimônio e cultura têm despertado cada vez mais interesse, principalmente no universo acadêmico³. De modo geral, no processo de ressemantização do conceito de patrimônio, as noções de cultura e de “referência cultural” trazem em seu bojo a ideia de valores e sentidos que atribuímos a determinados bens e práticas sociais.

De imediato, os estudos têm revelado problemas correlacionados à constelação de significados que o conceito de patrimônio cultural passou a abrigar na atualidade. Os sentidos sociais, múltiplos, atribuídos à palavra patrimônio dotaram-na de uma complexidade conceitual que vozes simultâneas, entrelaçadas e distintas, repertoriam usos diversos da palavra para remeter a coisas muitas vezes diferentes e nem sempre harmoniosas (NOGUEIRA, 2014). Procurando responder a demandas distintas que refletem as múltiplas temáticas, abordagens, fontes e métodos nas lidas com o patrimônio, observa-se um alargamento do conceito que coloca em suspeição a sua própria razão de ser. Afinal, tudo é patrimônio ou passível de ser. Mas ajuda-nos a enfrentar a batalha semântica se apoiarmos na lição deixada por Dominique Poulot (2009: 12): “A história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio”.

Nesse mesmo movimento, muito se tem debatido sobre cultura, e outros conceitos correlatos, nos últimos tempos e o termo tem sido amplamente empregado para os mais diversos fins. “Civilização”, “estratégia de resistência”, “saber/fazer”, “cotidiano”,

³ Na Universidade Federal do Ceará, o GEPPM atualmente desenvolve o projeto *Patrimônio e História Local: Inventário de Referências Culturais do bairro Benfica (CE)*, contemplado pelo edital Pró-Reitoria de Extensão-UFC/ Edital PROEXT 2011. O projeto de *Pesquisa e Mapeamento do Patrimônio Cultural do Litoral de Fortaleza* é fruto das experiências e debates sobre o patrimônio cultural desenvolvido no âmbito do GEPPM. Visa fortalecer um campo de investigação ainda pouco explorado pela historiografia local e tem como objetivo central pesquisar, catalogar e difundir manifestações históricas e culturais do patrimônio cultural urbano. Projeto financiado pelo Edital 04/2015 do Programa de Pós-Doutorado para Jovens Doutores da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP/CAPES).

“indústria criativa”, “arte de sobreviver”, “práticas”, “representações” e “subjetividades” parecem, no entanto, convergir enquanto significados que se constituem e se reconfiguram historicamente.

Esse desafio, que é próprio do historiador do patrimônio, ficou bastante evidente durante as etapas do projeto que ora nos ocupamos. Enquanto instrumentos de identificação e preservação do patrimônio cultural, os inventários têm buscado mapear e reconhecer espaços e práticas, por meio de registros, nos quais os valores referenciais das identidades sociais se configuram em sua natureza dinâmica. Entre outras evidências, tanto nas recentes políticas públicas de cultura quanto nas ações de natureza mais comunitária, é notória a centralidade que a memória, mediante a construção de “diagnósticos” culturais, passou a ocupar.

A emergência das problemáticas colocadas pelo campo do patrimônio cultural tem chamado a atenção dos historiadores, sobretudo, porque é tributária do processo da dilatação da memória histórica e do fenômeno da patrimonialização – pulsão da sociedade contemporânea caracterizada pela obsessão de tudo preservar (NORA, 1993), aliada ao desejo de transformar suas histórias, seus monumentos, suas manifestações culturais em patrimônio (LOWENTHAL apud TAMASO, 2006). Reveladora, no entanto, é a força e a diversidade de sentidos que incorpora a noção de patrimônio cultural. Portadora de historicidade, a noção de patrimônio enquanto signo de cultura depende das concepções que cada época atribui à função de patrimônio.

Vistos como práticas sociais, o conhecimento sistêmico das experiências comunitárias, a questão do patrimônio cultural e as políticas de memória evidenciam um campo de conflito na constituição da memória coletiva ou de grupo. Essa perspectiva de entendimento orienta a problemática central do projeto *Pesquisa e Mapeamento Cultural do Litoral de Fortaleza*, que visa identificar, catalogar e difundir aspectos e referenciais identitários das populações da orla de Fortaleza.

Para tanto, entende-se que o processo de atribuição de valores se constrói cotidianamente a partir dos usos que os diferentes sujeitos fazem do local. Ao considerar os inventários, e outros instrumentos, como importantes mecanismos de identificação, documentação e produção da reflexão histórica, o historiador que se utiliza destas ferramentas está diante da seleção e da escolha de histórias e memórias a serem preservadas

(NOGUEIRA, 2012). Para o caso dos inventários, quando aplicados em situação urbana, interessa-nos, em particular, percebê-los como um recurso metodológico que possibilita apreender a cidade e seus patrimônios.

Na cidade, quando identificamos e registramos determinados bens e práticas culturais que informam das diferentes formas de apropriações e configurações espaço-temporais, estamos falando de memórias sociais em conflito e da atribuição de sentidos que orientam a produção de evidências. Eis a razão e os dilemas do ofício do historiador e dos professores em trabalhos com lugares de memória e práticas culturais no processo de ensino e aprendizagem que envolve a relação entre patrimônio e comunidade. Com o esgarçamento da noção de patrimônio cultural, orientado pela moderna concepção antropológica de cultura, a falsa dicotomia entre móvel e imóvel, tangível e intangível, por exemplo, vem paulatinamente sendo superada por uma abordagem integrada do patrimônio em suas diferentes escalas.

Tudo que designa a experiência de uma dada realidade social e cultural construída historicamente constitui uma referência. Em relação aos bens patrimoniais, eles são monumentos edificados ou naturais, assim como as expressões das artes e ofícios, a religiosidade e suas festas, as lendas, os folguedos e as diferentes formas de expressão e lugares em que tais referências são socialmente reatualizados (ARANTES, 2004). Os valores referenciais das identidades sociais têm, portanto, uma natureza dinâmica. Neste sentido, identificamos um amplo movimento de apropriação desse recurso por instituições culturais, associações comunitárias, universidades, escolas, ONG's etc., com vistas a fundamentar uma educação patrimonial e promover a valorização das memórias e histórias urbanas.

Mas, se estamos entendendo a cidade como escrita do espaço, as sensibilidades urbanas remetem aos afetos que se exprimem a partir das relações sociais que os moradores estabelecem com a cidade. Essas relações são fluidas mas, no entanto, atribuem sentidos que significam o lugar – uma “configuração instantânea de posições” – algo que, para Certeau (1994: 21), apontam para uma “indicação de estabilidade”. As referências acabam por delinear os contornos e paisagens urbanas, criando referenciais culturais que nos ajudam a vislumbrar as imagens da cidade (NOGUEIRA, 2015). A história e a memória do bairro confundem-se com a própria trajetória de vida das pessoas entrelaçadas pelas

fronteiras e territórios que cotidianamente são construídas pelos diferentes sujeitos que praticam aquele espaço (CERTEAU, 1994).

Historicamente, observa-se que houve uma acentuada recusa do mar pelas elites econômicas, pelo menos até o início do século XX. O temor das classes abastadas se dava pela permanência de práticas e simbologias tidas como atrasadas ou subalternas, pela resistência de sujeitos sociais que insistiam em manter antigas técnicas e saberes, pelos grupos de trabalhadores que se contrapunham às novas formas de sociabilidade que passaram a ser associadas ao litoral.

A nova sensibilidade em relação ao meio ambiente marítimo permitiu uma “invenção” do litoral como um fenômeno social característico da modernidade ocidental (CORBIN, 1989). No Ocidente, a praia se constituiu num dos lugares favoritos destinados ao lazer, à visitação e à contemplação. Mas durante tempos um conjunto de imagens repulsivas, associadas às águas do mar, impediu a emergência do desejo da beira-mar no mundo ocidental. Sobretudo a partir do século XVIII, inscreve-se na teologia cristã e na literatura romântica uma nova noção apaziguadora do litoral como espaço que tranqüiliza o homem. Processou-se lentamente uma mudança que veio possibilitar um novo olhar sobre esse território.

Doravante as elites sociais buscam aí a ocasião de experimentar essa relação nova com a natureza; encontram aí o prazer até então desconhecido de usufruir um ambiente convertido em espetáculo (...) espera-se do mar que acalme as ansiedades da elite, que restabeleça a relação harmoniosa do corpo e da alma (...) que corrija os males da civilização urbana, os efeitos perversos do conforto (...) (CORBIN, 1989: 64.).

Surge a partir de então a “emoção de ver o mar”, suscitando uma íntima vinculação entre o estado de alma e a paisagem, a partir do qual o espectador passou a viver o desejo provocado pelo sublime espetáculo da natureza. O mar e a paisagem marítima agora se configuram como lugares das lembranças afetivas e da memória dos momentos felizes. Ocorre assim o alargamento dos modos de viver e apreciar o litoral que constitui um acontecimento fundamental na história da sensibilidade moderna. Nas cidades litorâneas “modernizadas”, o advento do turismo muitas vezes multiplica e vulgariza uma experiência antes reservada às populações litorâneas, dando novas feições às tradições mantidas secularmente nesses lugares.

Cabe inicialmente indicar que a recente “redescoberta”, ou “recolonização”, do litoral cearense por investidores estrangeiros e pelos afortunados da terra tem provocado uma mudança substancial na vivência social e na produção cultural das comunidades nativas. Na Capital, a maritimidade “fundando-se em novas representações do litoral, anuncia a criação de um novo homem e de uma nova sociedade em Fortaleza” (DANTAS, 2002: 31).

Diversos grupos sociais têm seus referenciais históricos e culturais vinculados ao litoral. A orla do Ceará, especificamente, se estende por 573 quilômetros. Mas apesar da extensão da faixa de praia, a ocupação econômica do estado ocorreu inicialmente pelos rios, seguindo os caminhos do gado e das charqueadas, e o litoral demorou bastante tempo até ser obstinadamente desejado pelas elites locais.

Em Fortaleza, historicamente, a praia se configura como lugar de múltiplas memórias e um complexo patrimônio cultural. Na beira d’água, as noções de identidade e comunidade, portanto, constituem-se entre os fragmentos das permanências e rupturas temporais que perpassam sociedades, grupos e gerações. As comunidades migrantes contemporâneas trazem consigo as marcas dos desenraizamentos, das diásporas, das hibridações e da diferença em suas próprias constituições: “(...) os relacionamentos paternos, as tradições culturais nos moldam quando nos alimentam e sustentam, e também quando nos forçam a romper irrevogavelmente com elas para que possamos sobreviver” (HALL, 2003: 84). As mudanças e as permanências culturais devem ser concebidas não apenas como modos de vida, mas como formas de luta que se entrecruzam e se ressignificam continuamente. O patrimônio e a cultura, assim, não podem ser considerados simples resíduos do passado. Nessa perspectiva, situa-se a possibilidade de pensar o patrimônio comunitário também como processo de mudança e recomeço. Na nova configuração cultural, emergem comunidades cosmopolitas que se baseiam num senso de comunidade como sendo “os significantes mais avançados da experiência metropolitana do pós-moderno urbano” (HALL, 2003: 81).

Mas como conhecer e registrar essas experiências e sensações vivenciadas à beira-mar? Como se constitui uma cultura marítima numa cidade formada por uma população essencialmente migrante e com fortes raízes sertanejas? Como catalogar indícios que permitam perceber as condições em que “nativos” e “estrangeiros” estabelecem suas

relações? De que modo o conhecimento do patrimônio cultural pode valorizar as vivências comunitárias?

Em Fortaleza, sabendo-se das dificuldades de se delimitar recortes mais precisos das questões especificamente pertinentes à experiência urbana litorânea, principalmente numa cidade marcada pela simbiose entre o litoral e o sertão, enveredamos por uma metodologia dialeticamente estabelecida, aberta e interativa.

Políticas públicas e inventários culturais: construindo metodologias

Historicamente, tem sido recorrente o intenso fluxo migratório entre o litoral e sertão, marcando como características de muitas populações a condição de sujeitos em trânsito quase permanente. Estas idas e vindas à Capital constituem circuitos de deslocamentos que dificultam potencialmente as tentativas formais de estabelecer recortes acerca das manifestações e expressões do patrimônio cultural específico dos espaços litorâneos. O litoral, talvez pela própria proximidade com o porto, constitui, em muitas ocasiões, lugar de passagem por excelência, dificultando a “fixação” e o “enraizamento” cultural, já que muitas experiências são vivenciadas nas andanças por caminhos de terra e mar. Essas dinâmicas sociais, portanto, impõem enormes desafios aos pesquisadores que, além da contínua reflexão sobre os conceitos sempre cambiantes, precisam construir instrumentos flexíveis e passíveis de interação com cenários socioculturais diversos.

Em meio à vivência social de trabalhadores oriundos de vários lugares, problematizamos a emergência de uma cultura local que se constitui a partir de uma relação fundamental com o mar. As primeiras evidências dessa pesquisa apontam que, em paralelo à continuidade das antigas migrações interioranas rumo à Capital, o crescimento populacional e o fluxo de visitação turística produziram experiências sociais diversas e, ao mesmo tempo, possibilitaram a atribuição de novos valores ao patrimônio e suscitaram a emergência de outras referências culturais.

Faz-se desafiador, portanto, validar e experimentar instrumentos de pesquisa e análise, elaborados a fim de conhecer e problematizar determinadas realidades sociais. De modo geral, entende-se que esses instrumentais devem ser processualmente construídos e continuamente reelaborados como condição para organizar informações, interpretar dados e

descrever criticamente as dinâmicas constitutivas das interações humanas no tempo. De modo mais específico, compete conhecer algumas iniciativas de produção de inventários e mapeamentos existentes, apropriar, confrontar e adequar dialeticamente essas experiências com o intuito de pesquisar, catalogar e disponibilizar aspectos do patrimônio cultural de Fortaleza.

Nos arquivos públicos e privados do estado, nos programas de graduação e pós-graduação em áreas diversas das Ciências Humanas, nas secretarias e gabinetes do poder público, nas instituições associativas locais, entre outros lugares, encontramos direta ou indiretamente, dados e conteúdos produzidos, mas dispersos, sobre o patrimônio cultural e as culturas urbanas em geral. Assim, convém fazer dialogar esses dados e métodos disponíveis de modo a perceber, mais especificamente, os referenciais culturais relacionados às sociabilidades das zonas de praia. Buscamos rastros e vestígios do processo no qual as areias foram sendo gradativamente sufocadas pelas pedras imponentes da modernização.

Nesse sentido, cabe ressaltar que iniciativas de inventariar manifestações culturais ocorreram na administração pública nas três esferas de poder: Municipal (Mapeamento Cultural de Fortaleza/SECULTFOR 2012)⁴, Estadual (Projeto SECULT Itinerante/SECULT 2008)⁵ e Federal (Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC/IPHAN/MINC 2000)⁶. Essas metodologias, apesar de escalas e amostragens diferenciadas, têm essencialmente o objetivo levantar informações culturais que permitam, entre outros usos, potencializar as ações empreendidas pelas políticas públicas.

⁴ Projeto desenvolvido pela Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), através da contratação de uma empresa privada. Visou mapear espaços e práticas culturais a partir das 06 (seis) Secretarias Executivas Regionais (SER's) do município. Depois de muito tempo e vários problemas na execução, apenas a 1ª etapa, referente à área da Regional I, foi concluída em 2012. Essa iniciativa foi particularmente importante porque realizou um levantamento de informações culturais sobre os bairros litorâneos da área leste da cidade, principalmente, Barra do Ceará, Cristo Redentor, Pirambu, Jacarecanga e Moura Brasil.

⁵ Projeto de pesquisa realizado pela Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT) em municípios do interior do estado e nos bairros da Capital. Grupos culturais e artistas locais foram registrados e também se apresentavam em palcos itinerantes. Particularmente, interessou na metodologia a reunião de pessoas em rodas de conversas que permitiram a junção de arte e patrimônio através do encontro de personagens e manifestações emblemáticas da cultura local.

⁶ Metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Ministério da Cultura (MINC) através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com a finalidade de identificar novos bens culturais representativos dos diferentes segmentos da sociedade brasileira. Com base numa perspectiva mais antropológica de cultura, busca as "(...) manifestações culturais inseridas na dinâmica do cotidiano – e evoluir para a construção de novos instrumentos, capazes de levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação" (IPHAN, 2000: 7).

PATRIMÔNIO CULTURAL DO LITORAL DE FORTALEZA: OS DESAFIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

A aplicação dessas metodologias, no entanto, apresenta algumas dificuldades recorrentes. Além da habitual ausência de recursos para o setor cultural, já que menos de 1% do orçamento destina-se a pasta nos três níveis de governo, a enorme dimensão geográfica, a densidade populacional e a escassez de profissionais com formação adequada e experiência prática se complementam. Esses e outros aspectos tendem a transformar os investimentos em inventários pouco sedutores, enquanto capital político, aos olhos da maior parte dos administradores. Apesar da reconhecida importância da produção de informação para subsidiar o desenvolvimento de programas governamentais de grande impacto social, alguns gestores públicos permanecem míopes, ou mal intencionados, e preferem empreender ações cujo retorno político seja mais imediato.

Quando as condições políticas e técnicas são favoráveis, muitas vezes os inventários culturais esbarram no problema concreto da execução do projeto. O campo cultural, e particularmente o do patrimônio imaterial, apresenta especificidades que demandam instrumentos e procedimentos de pesquisa adequados. Em virtude da própria natureza de constituição das relações humanas, incluindo-se aí aspectos como a diversidade de práticas, as representações e as sensibilidades, as tentativas de conhecimento e mapeamento da cultura exigem o reconhecimento de temporalidades históricas singulares e que, dialeticamente, se entrelaçam no espaço para construir identidades e diferenças.

O que observamos nos bairros pesquisados é que a identidade e o patrimônio cultural muitas vezes se forjam quase que às margem dos limites da cidade oficial. A divisão administrativa, portanto, não corresponde à dinâmica de organização popular pois não privilegia as distinções socioculturais das localidades. Esse fato indica, além do histórico atraso do Poder Público, que as referências da população se formam com base na constituição de redes informais de identificação, elaboradas por critérios subjetivos de definição dos territórios. No litoral, por exemplo, os dados oficiais e outros documentos não descrevem os modos de vida que hibridizam na cidade, sua dinâmica humana versátil e sensível. Buscamos, portanto, os sentidos atribuídos pela população da praia que antes corria na vela solta das jangadas de madeira dos pescadores e que agora desliza sinuosamente sobre as pranchas sintéticas do surfe.

Em virtude desses apontamentos, o problema do método empregado nos parece ter sido mais bem resolvido não “inventando a roda” ou ousando criar mais uma “nova”

metodologia, entre tantas já experimentadas. Buscamos conhecer e conciliar parte das reflexões e técnicas de pesquisa de campo, anteriormente testadas em projetos de natureza semelhante.

No que concerne ao panorama local, convém saber de algumas questões importantes. Entre 2010 e 2012 diversos diagnósticos setoriais foram executados por ocasião da construção do primeiro Plano Municipal de Cultura.⁷ Este documento orientará a elaboração das políticas públicas de cultura em Fortaleza ao longo dos próximos dez anos. Nesse caso, a produção de inventários para valorização do patrimônio cultural constitui um dos eixos centrais do referido Plano de Cultura⁸.

O conhecimento e a preservação do patrimônio, entretanto, devem ser concebidos, sobretudo, a partir da participação popular, com base nos movimentos sociais diversos e na luta dos moradores pela valorização da sua história. Na última década, algumas comunidades organizadas protagonizaram diversas iniciativas de construção de diagnósticos culturais e museus comunitários nos quais partilharam experiências de socialização e valorização da memória local.

Em Fortaleza, em virtude das ameaças de remoção proporcionadas por projetos urbanísticos e pela especulação imobiliária, as comunidades passaram a acionar, entre outros mecanismos de luta, a política pública de preservação do patrimônio cultural do município. Em 2010, por exemplo, ocorreram as solicitações de *Tombamento da Paisagem Cultural do Parque Natural do Sabiaguaba*, área de resistência do manguezal na cidade, e da *Paisagem Cultural do Titanzinho*⁹, comunidade vinculada principalmente à pesca, ao surfe e ao turismo comunitário.

⁷ Em Fortaleza, do ponto de vista dos avanços das políticas públicas relacionadas à preservação do patrimônio cultural, faz-se necessário apontar alguns aspectos importantes. Desde a 1ª Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2005, ocorreu adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura (MINC). Em 2007, foi criada a primeira Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC) e, em 2010, o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC).

⁸ Entretanto, os poucos investimentos do poder público municipal foram concentrados basicamente na preservação das edificações. Atualmente, Fortaleza conta mais de cinco dezenas de prédios tombados em nível municipal. A cidade, no entanto, tem somente com 02 (dois) bens registrados e reconhecidos enquanto Patrimônio Imaterial.

⁹ De acordo com a chancela do IPHAN, instituída pela Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009, a Paisagem Cultural é uma “porção peculiar do Território Nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Trata-se de um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma área definida do território nacional que possui características especiais na relação entre o homem e o meio ambiente.

PATRIMÔNIO CULTURAL DO LITORAL DE FORTALEZA: OS DESAFIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

Processos inéditos, essas demandas fugiam do tipo de solicitações, mais ou menos padronizada, que passou a se configurar como rotina da Coordenação municipal de patrimônio cultural. Trata-se de duas áreas litorâneas ainda ocupadas por moradia popular, mas fortemente ameaçadas pela lógica de desenvolvimento que tenta impor-se sobre a totalidade da cidade. Nesses espaços raramente existem edifícios e monumentos históricos, mas constituem-se lugares, práticas sociais e sensibilidades locais que necessitam ser considerados.

Aos poucos, as populações dessas localidades praianas passaram a se preocupar em preservar também suas memórias como estratégia de resistência política. Demanda dos moradores e das associações locais, essa busca pelo reconhecimento da memória como patrimônio histórico e cultural parece emergir como nova estratégia das classes populares face ao desenvolvimento da cidade. No processo de hibridez cultural urbano contemporâneo, muitas reivindicações e anseios passaram a ter novos sentidos, incorporando ao seu repertório, por exemplo, parte das demandas e características do que até pouco tempo chamávamos de “movimentos sociais”. Nos bairros, algumas comunidades passaram a conceber a possibilidade do tombamento, do registro e dos novos instrumentos legais de preservação, como estratégias, às vezes pouco eficazes, mas importantes e capazes de ajudar a superar outros problemas sociais.

Compete salientar que em decorrência dos pedidos de reconhecimento semelhantes, procedente de outras comunidades, a Coordenação de patrimônio realizou o projeto *Museus Comunitários de Fortaleza*¹⁰. A ideia era adequar espaços e elaborar instrumentos de identificação, catalogação e musealização social para valorização do patrimônio cultural nos bairros, descentralizando, portanto, as novas políticas de mapeamento cultural que se faziam no município. O fato do projeto da Prefeitura nunca ter saído do papel ajuda a melhor elucidar a importância da reflexão que ora propomos.

Nas comunidades, apesar do descaso e morosidade das políticas públicas, ocorreu no período recente uma diversidade de ações coletivas cujos projetos demonstram a

¹⁰ O projeto *Museus Comunitários de Fortaleza* foi elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar. Baseou-se em processos de “musealização” comunitária em bairros da periferia de Fortaleza e em comunidades indígenas do interior do Ceará. Parte dessa experiência pode ser encontrada em Gomes e Vieira (2009).

crescente importância atribuída aos trabalhos com a memória local.¹¹ Essas e outras iniciativas têm como característica essencial a articulação de instituições, grupos e pessoas em redes, que procuram modos de garantir a transmissão e a preservação do passado como mecanismo de intervenção no presente e projeção do futuro.

Em muitas ocasiões, a memória da vida praiana entendida enquanto patrimônio cultural articula-se a outros embates políticos. Nos casos já referidos, tanto a edificação de uma gigantesca ponte sobre os resquícios de mangue e dunas da Sabiaguaba quanto à tentativa de construção de um estaleiro naval na praia do Titanzinho, área com enorme potencial para os esportes náuticos e o turismo sustentável, tornaram-se projetos considerados danosos às comunidades nativas; projetos novos, mas que reflorescem constantemente na história da disputa pelas terras do litoral, cada vez mais valorizadas pela indústria imobiliária.

A diferença agora talvez consista exatamente nessa nova busca pela apropriação de um setor relativamente específico dos investimentos públicos. Essa estratégia, no entanto, parece surgir do entendimento mais geral de que essa conquista mais “institucionalizada” e mais “subjéctiva” está diretamente ligada às reivindicações de outros direitos sociais. Vincula-se, portanto, à tentativa de satisfação de outras necessidades, consideradas mais imediatas no mundo urbano. Por outro lado, alia-se também à antiga tentativa das associações e outros grupos de moradores que há tempos se empenham em sensibilizar as pessoas do bairro a fim de reconhecerem a importância de suas histórias como mecanismo imprescindível de luta e resistência. O patrimônio coletivo pode potencializar os usos e os sentidos que a cultura assume em cada sociedade. Assim, procuramos caminhos para entender o patrimônio como uma política estratégica de desenvolvimento urbano, como meio facilitador do intercâmbio de culturas e gerações, como sociabilidade que emerge diariamente na cidade.

¹¹ *Brasil Memória em Rede, Patrimônio para Todos, Percursos Urbanos, Projeto Historiando, Pontos de Memória, Farol da Memória, Projeto Memórias da Cultura, Programa Agenda 21 Comunitária*, entre outros, mais efêmeros. Esses projetos foram realizados, principalmente, entre 2005 e 2014. Envolveu diversas pessoas e instituições e gerou um volume considerável de cursos, reuniões, vídeos, cartilhas, exposições, etc. Do ponto de vista metodológico, foram utilizadas, principalmente, as metodologias do Plano de Desenvolvimento Sustentável, do *Programa Petrobras Agenda 21 Comunitária*, que consiste na construção de metas e ações integradas, com base no Diagnóstico Sociocultural das comunidades; e o *Projeto Historiando* que intenciona sensibilizar e capacitar agentes locais para inventariar e expor o patrimônio comunitário local.

Existem reflexões e experiências sobre o papel do historiador na produção de inventários socioculturais. Mas em muitos cursos das Ciências Humanas Brasil afora, no entanto, nos currículos ainda se teima em insistir numa insensata separação entre Pesquisa e Ensino. A superação dessa dicotomia, associada à construção de uma formação continuada, são, portanto, uma exigência do profissional contemporâneo. A produção de inventários culturais se realiza com base numa colaboração eminentemente interdisciplinar e com temáticas variadas. No exercício do ofício do historiador, no entanto, tendemos a trabalhar durante anos com os mesmos temas nos quais nos tornamos “especialistas” seja como professor ou pesquisador. Acabamos por incorporar especializações importantes, mas que podem atrofiar outras competências e habilidades, principalmente, quando problematizamos experiências sociais concretas.

Além disso, acrescente-se a situação de conservação e as condições de consulta dos arquivos, a variedade de fontes existente, o trabalho com memórias sociais específicas, as tipologias possíveis de análise, os instrumentos e métodos de pesquisa flexíveis, a sugestão sobre as possibilidades de uso do material inventariado, a apropriação social, a restituição às comunidades, entre outros dilemas, que indicam que são muitos caminhos e rumos a navegar. Apresentamos aqui apenas uma proposta em curso, uma tentativa, ainda inconclusa, de apreender os ventos oscilantes da cultura urbana do litoral.

A partir do conhecimento e crítica dos projetos anteriores, levamos em consideração, obviamente, as características previamente levantadas dos lugares a serem pesquisados. Assim, o mapeamento do patrimônio cultural dos bairros litorâneos ocorre em três etapas complementares, a saber: pesquisa bibliográfica, investigação nos jornais e produção de entrevistas. Como as etapas do projeto são realizadas em colaboração com pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação do GEPPM, espera-se que os dados levantados sejam oportunamente ampliados em análises de pesquisas científicas interdisciplinares. Entende-se que o fortalecimento do intercâmbio entre os vários campos do saber da universidade e as redes de organização da sociedade civil tanto fomenta a pesquisa acadêmica quanto fornece subsídios ao desenvolvimento local.

Na primeira etapa, encontra-se em realização um diagnóstico do patrimônio a partir da consulta às “fontes secundárias”, documentos e publicações diversas. Esse material, geralmente, não é produzido diretamente pelos sujeitos locais, possibilitando, entre outros

dispositivos, um confronto entre a memória produzida “dentro” e “fora” dos territórios¹². Nessa fase, estão sendo arrolados: textos literários, pesquisas acadêmicas, dados estatísticos, informações de arquivos públicos e privados, relatórios de visitas a museus históricos e centros culturais, fotografias, e outras fontes disponíveis acerca das memórias e tradições das regiões localizadas à beira-mar. Sites, blogs, redes sociais e outras informações virtuais importantes, disponíveis na internet, também constituem um valioso catálogo de conteúdos acerca de aspectos relevantes do patrimônio cultural do município.

Na segunda fase do mapeamento estão sendo inventariados e digitalizados os periódicos da cidade, em anos e edições variados. O recorte cronológico demarcado situa-se a partir dos anos 1970, momento em que são ocupadas todas as áreas da orla, até 2015, quando é possível analisar o impacto das políticas de turismo e cultura, sobretudo, em função da realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Em virtude da vastidão de informações, estão sendo indiciadas especificamente as reportagens, artigos e outras sessões relacionadas às temáticas de interesse da pesquisa¹³.

A terceira etapa constitui-se da construção de uma rede diversificada de entrevistas. Nessa fase, são relacionados aspectos dos bens “materiais” e “imateriais” existentes nas comunidades¹⁴. Ocorre assim a visitação e a descrição dos lugares de memória e das práticas culturais identificados pelas populações, “classificando-os” de acordo com as terminologias aplicadas aos inventários relacionados ao patrimônio cultural. Lugares, celebrações, saberes, fazeres, narrativas, práticas, personagens, entre outros aspectos, estão emergindo das falas. Nessa etapa, viabilizada principalmente por meio de entrevistas com

¹² A noção de território pode ser compartilhada com Raquel Rolnik (1999: 137): “(...) território como uma ideia de espaço vivido; não só um espaço geográfico delimitado, mas um espaço apropriado e constituído por relações sociais, por relações culturais”.

¹³ Os jornais estão disponíveis na Hemeroteca do NUDOC/UFC e no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel. A catalogação está sendo efetuada cronologicamente, indicando-se informações essenciais como: nome do periódico, título da reportagem, data, páginas e outras informações relevantes para pesquisadores e interessados em todos os níveis de ensino. Serão consultados, em diferentes períodos e edições, os seguintes jornais: *O Povo*, *O Nordeste*, *O Ceará*, *Tribuna do Ceará*, *Correio da Manhã*, *O Estado*, *Diário do Nordeste* e *o Jornal Alternativo O Multirão*.

¹⁴ Oficinas temáticas realizadas junto às comunidades proporcionam o ensino/aprendizagem de conteúdos essenciais ao reconhecimento, planejamento e valorização do patrimônio local. A princípio, essas oficinas serão realizadas em lugares estratégicos para o desenvolvimento da pesquisa: Barra do Ceará/Pirambu, Mucuripe/Titanzinho e Caça e Pesca/Sabiaguaba. Nessa fase, são realizadas visitas, para produção de relatórios técnicos, em instituições como a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), Centro de Referência a Assentamentos Humanos (CEARAH Periferia), Rede Cearense de Museus Comunitários, Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), Núcleos do Programa Agenda 21 Comunitária, associações de moradores, escolinhas, centros e projetos esportivos e culturais, sindicatos, igrejas e outros lugares de memória das comunidades envolvidas.

antigos moradores, os depoimentos orais objetivam perceber a vivência cultural com base na experiência das pessoas remanescentes nas praias de Fortaleza. O diálogo com esses sujeitos é fruto não apenas da necessidade de “dar voz” a essas pessoas, mas também porque esse é um universo em que muitas vezes a oralidade sobrepõe-se à escrita nas construções e reconstruções da memória.

Considerações sobre o litoral de Fortaleza

O encanto das praias e o prazer do banho de mar em Fortaleza somente muito tardiamente foram descobertos pelas elites. Na cidade, a praia era desaconselhável para as pessoas das classes mais abastadas. O mar era o lugar do porto, do transporte de mercadorias e da pesca, servia, basicamente, de depósito de lixos e excrementos residenciais. O litoral esperou longo tempo para que suas areias fossem definitivamente incorporadas à modernidade urbana em ascensão.

Na primeira metade do século XX, Fortaleza experimentou um tímido crescimento urbano e as tensões sociais precipitaram a transferência da elite do Centro para os novos bairros em formação, especialmente os localizados à beira mar. Em paralelo, deu-se a constituição dos primeiros núcleos habitacionais populares, reforçando gradativamente a segregação sócio-espacial entre as elites e as classes trabalhadoras.

O uso do litoral para fins terapêuticos, aos poucos, induziu a ordenação dos banhos e a regulamentação dos usos da praia, inclusive, no que se refere à indumentária. As novas práticas marítimas, representativas dos hábitos europeus apropriados pelos potentados locais, suscitaram um tímido movimento de urbanização das zonas de praia. Assim, a ocupação do entorno portuário e a construção de edificações na zona central, explicam porque parte considerável do patrimônio tombado do município localiza-se nessa parte da cidade. Com a ocupação mais intensa das praias, clubes majestosos foram construídos, e posteriormente reconhecidos, oficialmente, como lugares de referência e memória das elites, espalhando o patrimônio tombado ao longo das praias mais badaladas, como Náutico e Meireles.

Fortaleza é uma cidade relativamente jovem. Somente no dia 13 de abril de 1726 foi finalmente elevada à categoria de vila. A cidade se desenvolveu no entorno do patrimônio

material edificado pelos povos europeus, voltado, principalmente, à proteção do incipiente espaço urbano. Assim, a cidade cresceu ao lado do forte margeada pelas águas do riacho Pajeú. Foi a partir da expansão econômica da cultura do algodão, na metade do século XIX, que a cidade se transformou no centro dinâmico da economia do Ceará. Nesse período, foram edificados os primeiros prédios e criados os principais espaços de lazer, como o Passeio Público e a Praça do Ferreira. Mas Fortaleza passou por várias intervenções urbanas ao longo de sua história, impulsionadas pelos crescentes conceitos e valores de modernidade. Esta visão de progresso, ainda atual, fez com que a cidade assistisse passivamente a destruição de boa parte do seu patrimônio edificado.

Mas, conforme afirmado anteriormente, a complexidade do patrimônio cultural vai além do tangível. As culturas indígena, negra e cabocla compõe parte fundamental das nossas referências culturais, cujos registros físicos, porém, são pouco evidentes. Em Fortaleza, uma observação, ainda que panorâmica, do processo de ocupação da orla pode evidenciar a diversidade de memórias acerca dos espaços.

As proximidades da Praia de Iracema foram palco das primeiras ocupações urbanas. A outrora Praia do Peixe sediou o primeiro porto oficial de Fortaleza. Como estavam localizadas na região central da cidade, já no princípio do século XX, suas areias receberam os primeiros frequentadores interessados diretamente nas potências e virtudes medicinais creditadas à vida no litoral. Ali, junto aos antigos trabalhadores do mar, ergueram-se as primeiras casas de veraneio que se espalharam posteriormente ao longo da orla. Na década de 1940, contudo, as sociabilidades se alteraram e o lugar ficou conhecido como reduto da intelectualidade e da boemia cearense.

Com o crescimento demográfico e as modificações na paisagem natural, disseminados a partir das intervenções urbanas dos anos 1960, a Praia de Iracema foi tomada por outros personagens mais populares. Nesse período, parte dos moradores mais ricos passou a ocupar novos espaços do litoral, como o Meireles e, posteriormente, a Praia do Futuro. Assim, algumas partes da orla, principalmente a partir dos anos 1970, consagraram-se às experiências da visitação turística.

A Avenida Beira Mar, cujos primeiros trechos de calçamento foram concluídos nos anos 1960 tornou-se um lugar de referência, um ponto de “encontro” entre os turistas e a

PATRIMÔNIO CULTURAL DO LITORAL DE FORTALEZA: OS DESAFIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

população da cidade. O logradouro passou por diversas reformas, deixou de ser moradia de pescador para dar lugar a um conjunto de imponentes edifícios.

Muitos bairros e comunidades litorâneas de Fortaleza, porém, não participam dos roteiros turísticos oficiais. Historicamente, esses lugares acumulam graves problemas sociais que permanecem “escondidos” atrás dos empreendimentos imobiliários que ocupam o litoral da cidade. Hoje, parte considerável dos empreendimentos “nobres” está situada na orla de Fortaleza, particularmente na Avenida Beira Mar. Nesses espaços, no entanto, pouco se oferta em termos de informação e roteiros para que cidadãos e turistas possam conhecer a realidade social e a diversidade cultural das áreas mais populares.

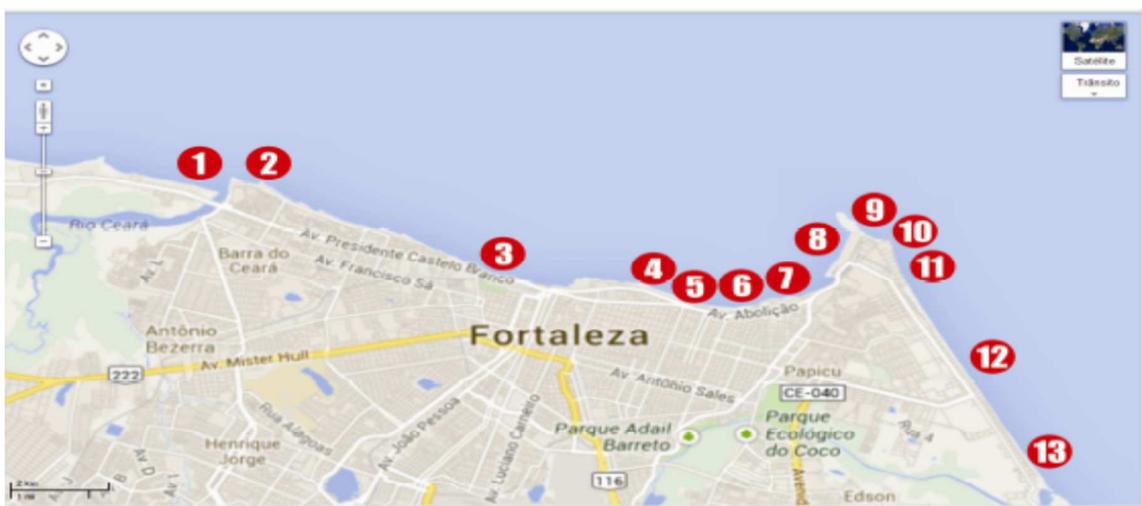


Figura 1: *Praias de Fortaleza*: 1) Boca do Golfinho (Iparana); 2) Barra do Ceará/Pirambu; 3) Leste Oeste; 4) Ponte Metálica; 5) Ideal Clube; 6) Clube dos Diários; 7) Náutico/Edifício Jaqueline; 8) *Ibinhoara* (Praia Mansa); 9) Portão; 10) Titanzinho; 11) Vizinho/Boca do Golfinho (Serviluz); 12) Praia do Futuro; 13) Caça e Pesca. Deve-se acrescentar o trecho 14, correspondente à praia da Sabiaguaba, na divisa do município. Fonte: Google, 2014.

A faixa de praia é dividida basicamente em 14 trechos com dimensões geográficas, demográficas, econômicas e culturais diferenciadas. No total, a orla da cidade tem cerca de 34km de extensão que abrigam as mais diversas sociabilidades. Muitas dessas praias, como as do Caça e Pesca, Titanzinho, Pirambu e Barra do Ceará, apresentam os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da Capital. Esse fato aponta, entre problemas, a ausência de investimentos nas políticas públicas mais essenciais. Desde os anos 1980, muitos desses lugares praianos passaram a ser conhecidos pela rotina de violência, elevado número de assaltos, mortes e o crescente uso de drogas entre gangues juvenis.

Apesar disso, muitas iniciativas oriundas dos movimentos sociais demonstram que a situação de “vulnerabilidade” ou “impenetrabilidade” do litoral não é irreversível. Nesse sentido, o patrimônio cultural permite e torna imprescindível o diálogo entre sujeitos e gerações, apreendendo as vivências intercambiadas no litoral de Fortaleza. Tendo a emergência dos sentidos e usos forjados em relação ao patrimônio como ponto de partida, ouvimos as memórias da percepção dos sentimentos de igualdade e de diferença que constituem as identidades locais.

Nessa ambiência litorânea urbana complexa é preciso pensar o sentido contraditório da Modernidade como o tempo do desenvolvimento perpassado pelo descompasso da diferença e da descontinuidade cultural. Mediante a apreensão das práticas culturais, aparecem elementos para compreender o “modo desviado” com que as classes populares se incorporam ao sistema político e aos processos econômicos mundiais.

A cultura urbana e os processos de apropriação das áreas litorâneas do Nordeste brasileiro, nessa esteira, podem ser captados com o questionamento dos usos sociais, das recepções culturais, das mudanças de atitude e da construção de outras memórias comunitárias. Assim, convém evitar algumas possibilidades de modernidade, que se reduzem à imitação de padrões estabelecidos, e enxergar uma diferença cultural que não se esgota no simples atraso. No Brasil, a modernização foi marcada pela explosão urbana desigual e pela cisão, às vezes bastante superficial, das sociedades ditas tradicionais. Nas grandes cidades, a conjugação do crescimento demográfico com a migração camponesa provocou a configuração de uma sociedade de massa marcada por distintas formas de segregação dos lugares e grupos sociais.

No processo de “tradução” cultural para o discurso modernizador, nos lugares nos quais a diferença sociocultural não é tão “grande” ao ponto de se constituir como patrimônio nacional, a cultura urbana tenderá a ser folclorizada e oferecida como curiosidade aos estrangeiros. Essa perspectiva sugere caminhos para pensar, entre outros aspectos, a relação entre natureza e cultura como elemento na constituição do patrimônio.

Desde a década de 1990, porém, a cidade de Fortaleza alterou sensivelmente seu perfil urbano e sua inserção no mercado globalizado. Sobretudo após o crescimento populacional desordenado e o surgimento de novas atividades econômicas, alteraram-se as condições no mundo do trabalho e a expectativa de vida das pessoas mais jovens. Nas

PATRIMÔNIO CULTURAL DO LITORAL DE FORTALEZA: OS DESAFIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

periferias de Fortaleza, a maioria dos jovens passou a viver confinada entre o mar e o sertão, segregada nas inúmeras favelas, comunidades, conjuntos habitacionais e bairros populares das áreas urbanas periféricas da zona oeste, leste e sul da cidade.

De um lado, as galeras da zona sul, empurradas para o *deep south* (fundo sul) obscuro da metrópole violenta, insegura e sem garantias sociais e constitucionais básicas, vítimas da expansão urbana excludente da Região Metropolitana de Fortaleza. De outro, as galeras da costa oeste e da costa leste que conseguem a duras penas e lutas históricas de suas famílias e comunidades permanecer mais ou menos perto do mar ou na beira da praia, como é o caso das galeras praieiras da Barra do Ceará, do Cristo Redentor, do Pirambu, de Moura Brasil, do Poço da Draga, do Campo do América, do Mucuripe, da Varjota, do Castelo Encantado, do Serviluz, do Vicente Pinzõn, da Praia do Futuro e do Caça e Pesca (SÁ, 2010: 14).

A vida social desses jovens, historicamente pertencentes às famílias de origem afro-ameríndias, se constituiu basicamente na relação com pescadores, marítimos, estivadores e outros trabalhadores da praia. Mas, atualmente, também se desenvolve inevitavelmente na convivência com prostitutas, assaltantes, sequestradores, traficantes de drogas e de armas, que formam uma minoria entre a massa de trabalhadores da “favela”, mas que são essencialmente pobres, analfabetos, com baixíssima escolaridade e qualificação profissional incipiente, “(...) vivendo em condições de miséria e de subalternidade social e de intensa vulnerabilidade civil e socioeconômica” (SÁ, 2010: 22). Assim, algumas comunidades praianas, apesar de localizadas à beira-mar, são consideradas as favelas mais pobres e violentas da cidade.

A tentativa de especialização da orla para o turismo e a segregação social, contudo, não chegaram a inviabilizar totalmente os antigos usos do litoral. Movimentos de resistência e adaptação à nova dinâmica de valorização econômica se fazem constantemente na composição dessa nova paisagem social. O litoral de Fortaleza passou a vivenciar o entrecruzamento de variadas tradições e culturas. Das antigas práticas de tratamento medicinal ao surgimento dos esportes vinculados à natureza, observamos uma transformação significativa dos espaços, mas que não conseguiu suplantar totalmente algumas sociabilidades produzidas nas praias. Assim, a orla permanece, certamente, o lugar de pescadores pobres e outros trabalhadores do mar, o prolongamento do espaço público da aldeia, mas passa a representar também a culminação do ritual do passeio ao patrimônio urbano.

As sensibilidades dos trabalhadores do mar

O registro das falas dos “guardiões” da memória local em comunidades do litoral fortalezense constitui parte fundamental dessa pesquisa. Nesse sentido, ao estabelecer os critérios de escolha dos colaboradores, ponderamos a diversidade de matizes e modos de vida que habitam o litoral da Capital. A realização e o arquivamento de entrevistas pressupõem o diálogo com a multiplicidade cultural própria das regiões à beira mar. Utilizamos, assim, a construção de uma “rede” de entrevistas a fim de compor e recompor um mosaico de memórias que se constituem enquanto patrimônio em cada comunidade.

A cultura oral transmitida pelas sucessivas gerações se recria num processo ativo, propiciando aos grupos a possibilidade de constituir identidades. A manifestação dessas identidades se revela por meio de um patrimônio diverso no qual a tradição oral se configura como espaço dinâmico de disputa. Pela oralidade, torna-se possível compreender a emergência, o conflito e a convivência de múltiplas tradições e sensibilidades locais. A oralidade se transforma em patrimônio na medida em que os entrevistados expressam suas lembranças e trajetórias de vida na cidade, reconhecendo-as, de modos distintos, como uma participação na história, como um “bem”, uma “referência”, como um “pertencimento” construído no tempo e no espaço.

Assim, concebemos a memória como uma presença alternativa com base na qual é possível estabelecer uma análise mais densa e sofisticada da realidade. Não se trata apenas de um processo de recolhimento de informações, mas também de um encontro politicamente significativo, uma situação de aprendizagem, um convite à reflexão.

Nas histórias de vida observamos que ao longo dos anos os pescadores somaram-se às meretrizes, aos portuários, aos operários da indústria, aos surfistas, aos pequenos comerciantes e aos numerosos trabalhadores informais. Surgem assim comunidades culturalmente multifacetadas e marcadas por distintas experiências migratórias. A partir dessas evidências, e tomando como base um recente estudo¹⁵, tecemos algumas ponderações sobre a memória e a convivência atual na Praia do Titanzinho, popularmente conhecida como Comunidade Serviluz, localizada na ponta de mar mais avançada da tradicional enseada do Mucuripe em Fortaleza.

¹⁵ Cf. André Nogueira (2015).

PATRIMÔNIO CULTURAL DO LITORAL DE FORTALEZA: OS DESAFIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

Na orla do Mucuripe as primeiras pedras para a construção do porto começaram a ser assentadas por volta de 1940. Mas a obra somente foi concluída no fim dos 1960, introduzindo edificações que proporcionaram impactos consideráveis na geografia do lugar. Nesse percurso, muitas memórias indicam uma lembrança contraditória acerca do progresso e da modernização da praia. Em sua fala, dona Záida Amora, por exemplo, considerou que após o porto houve uma “decadência” generalizada do litoral:

Assisti à decadência da praia com a construção do porto. O mar avançando a derrubar o coqueiral, destruindo aquela beleza sem par do Mucuripe e da Volta da Jurema de então, as ondas varrendo e destruindo casebres e casas de tijolo e telha. Encurralaram o mar lá em cima, com aquela barragem de pedra, que os trens carregavam a cada momento. Eram montanhas de pedra atiradas na água para amansá-la e permitir o surgimento do porto com seu cais. E eu vi esse espetáculo triste. As ondas vinham fortes, violentas. Na primeira vez, cavavam os pés dos coqueiros, na segunda já os levava para o mar. Quando as marés enchiam, traziam muita coisa para a praia. Houve quem achasse peças de ouro, dinheiro, mil coisas que viviam escondidas no fundo do oceano. É como se ele, zangado, estivesse vomitando tudo¹⁶.

Entre as transformações urbanas, o memorialista Blanchard Girão, por sua vez, observou que nessa época “(...) o romântico e íntimo esconderijo de velhos homens do mar, fez-se caótica albergaria de gente doutras origens e de outros costumes. Em meio a essa desordem urbanística, implantou-se ali também a prostituição” (GIRÃO 1998: 5). As lembranças apontam que em meio às transformações urbanas, a partir dos anos 1960, ocorreu também a transferência dos cabarés da antiga Rua da Frente, atual Avenida Beira Mar, para o entorno do Farol do Mucuripe, modificando sobremaneira os modos de vida na comunidade praiana do Serviluz. Os cabarés faziam parte de um cenário urbano noturno, marcado por um tom boêmio, festivo e transgressor que, contraditoriamente, não combinava com a nova paisagem turística. Com a “zona” de prostituição do Farol, criou-se assim uma área de grande movimentação estrangeira numa região até então caracterizada pela pesca. De acordo com a narrativa de José Carlos da Silva:

Nessa época os cabarés eram frequentados só por estrangeiros, americanos, franceses. Tinha boate que só frequentava americano, brasileiro não tinha vez (...) o Farol era um local que as mulheres tinham *status*, as mulheres viviam bem, vestidas, bonitas (...) quer dizer, ganhavam dinheiro, muitas aproveitaram, algumas fizeram pé-de-meia, casaram, umas foram morar na Alemanha, algumas ficaram aqui, sabe.

¹⁶ Entrevista realizada com Záida Amora (GIRÃO, 1998: 174).

Mas no Serviluz os cabarés eram frequentados exclusivamente por gringos¹⁷.

Na fala dos moradores, o isolamento social, pretendido tanto pelas administrações públicas quanto pelos ricos locais, contrastava com a efervescência e a quantidade de visitantes que frequentavam regularmente o lugar. Uma variedade de sons, cores e luzes nutria múltiplas relações. Tudo indica que as visitas ao Farol do Mucuripe, hoje praticamente inexistentes, não se davam apenas pelo movimento dos cabarés e toda sua boemia, a praia apresentava ainda uma paisagem bastante convidativa. “A sociedade de Fortaleza se divertia aqui”, lembrou o mesmo entrevistado. Apesar da presença de elevado número de pessoas “de fora”,

Por incrível que pareça no passado o pescador também tinha moral, porque ganhavam bem. A lagosta dava dinheiro. O pescador chegava no cabaré, a zona como nós falávamos na época, ele disputava ‘pau a pau’ com os gringos, com o pessoal que vinha de fora que gastava em dólares, porque o dinheiro era fácil (...) o pescador, o pescador artesanal, também tinha muita aceitação porque naquela época o pescador ganhava muito dinheiro, a lagosta né? Tinha abundância¹⁸.

Observa-se que, apesar da predominância dos visitantes estrangeiros e citadinos, em muitas ocasiões os pescadores e estivadores locais não eram tidos como pobres coitados. No litoral, evidenciamos como as lembranças do mundo do porto e da prostituição não se limitavam ao universo da pobreza e da promiscuidade, ao contrário, apresentam sinuosas relações sociais que agregavam e redefiniam valores criando outros territórios e fronteiras no plano local:

Daquela área pra lá depois das nove horas em diante não tinha mais possibilidade (...) homens despídos, mulheres também, era uma... como é que se diz, uma... um lugar mesmo reservado, muito quente tá entendendo? (...) praticamente isolado (...), mas pra cá também eles num passavam, nem elas nem eles, eles num passavam né, era como assim um muro de Berlim (...)¹⁹.

Naquela época existia nessa área um tabu. Por exemplo, uma moça ou uma senhora casada não podia andar naquela área, porque se andasse seria “confundida” como uma prostituta. A cultura transmitida oralmente aponta separações e crivos importantes e, ao

¹⁷ Entrevista concedida por José Carlos da Silva, 56 anos, em 08/03/2005.

¹⁸ Entrevista concedida por José Carlos da Silva, 56 anos, em 08/03/2005.

¹⁹ Entrevista concedida por Maria da Conceição Alves dos Santos, 60 anos, em 27/02/2010.

mesmo tempo, uma intensa mistura e considerável tolerância, não apenas entre os membros da comunidade, mas igualmente entre nativos e forasteiros.

Longe de empreender uma análise homogênea, na percepção dessas experiências sociais enquanto patrimônio percebe-se tanto barreiras quanto interações. De modo que a utilização dos termos “de dentro” e “de fora”, são muitas vezes incapazes de contemplar as divergências e as mesclas ocorridas no improvisado do cotidiano local.

Dona Maria da Conceição observou ainda que, com a urbanização da praia, os episódios e as memórias da criminalidade viraram rotina:

(...) esses navios eram muito chegados aqui e... as vezes acontecia fato de matarem marinheiro, marinheiro desaparecia, isso pra gente aqui, a população ainda era pouca, isso pra gente era como se fosse uma coisa muito grande (...) teve uma época que mataram dois marinheiros, amanheceram mortos naquelas pedrinhas né?, dois corpos ali, vixe Maria! foi uma coisa, quase que o bairro acaba, quase que aqui acaba, mas de violência não, de tristeza entendeu? (...) ²⁰.

Apesar das ambiguidades, entretanto, em muitas narrativas sobressai-se o lamento de que os bairros populares não foram estruturados suficientemente para se firmarem como destinos turísticos internacionais²¹. Lamenta-se o não aproveitamento da grande movimentação, do rico passado histórico, da beleza natural e da vocação hospitaleira do povo. Apesar da desigualdade social entre nativos e visitantes, boa parte da população de baixa renda entende essa mistura com “o pessoal de fora” como um fator potencialmente positivo. A partir da realidade histórica da orla do Mucuripe, a hipótese inicial dessa pesquisa é que está em curso uma nova tradição, que atualmente se renova modificando, entre outros aspectos, as concepções de acolhimento e hospitalidade, anteriormente, manifestações fundamentais da cultura popular.

Na praia, além disso, as novas oportunidades de trabalho que surgiram com as transformações urbanas proporcionaram riscos inerentes à própria atividade portuária e industrial. Isso significou na prática a ocorrência de inúmeros acidentes com o manuseio de produtos e equipamentos não habituais. Ali se instalou uma indústria moderna,

²⁰ Entrevista concedida por Maria da Conceição Alves dos Santos, 60 anos, em 27/02/2010.

²¹ No caso específico do Farol do Mucuripe, o declínio no movimento da zona deve ser creditado também ao sistema portuário moderno, de estivagem em contêineres, que passou a permitir um trabalho de carga e descarga mais veloz, diminuindo o tempo de permanência do marítimo em terra. À medida que este trabalhador não mais precisava permanecer quinze enfadonhos dias na cidade, alterou-se também a rotina dos que lhes prestavam serviços, inclusive, de prostituição.

movimentada por uma tecnologia “de ponta” e, no entanto, os acidentes se tornaram rotina entre a classe trabalhadora, pouco acostumada à nova maquinaria.

As mortes no mar, os naufrágios e os afogamentos somavam-se agora às mortes em terra. Os trens, os navios e os caminhões continuamente carregados indicavam uma alteração importante no ritmo de vida local. Dessa convivência ambígua com o progresso emergem diversas narrativas intrigantes. “A gente mora numa bomba!”, criticou enfaticamente um morador. Mas o que significa exatamente morar na beira da praia e, ao mesmo tempo, nos arredores de um terminal industrial de gás? No primeiro grande incêndio, ocorrido em julho de 1980, as chamas chegaram a mais de 50 metros de altura, consumindo milhares de litros de combustíveis da empresa Shell. Todos os esforços possíveis foram empregados no combate ao incêndio, que irrompeu em pelo menos sete tanques no terminal da distribuidora, localizado na Esplanada do Mucuripe, onde estavam acumulados mais 10 milhões de litros de gasolina²².

Há, nesse sentido, também uma memória coletiva partilhada acerca da vida fabril. Patrimônio cultural? Entre outras reconstruções, o imaginário dos bairros é carregado de episódios trágicos. Em várias circunstâncias, muitas vidas foram ceifadas. Os incrementos do progresso e a riqueza econômica se fizeram, muitas vezes, banhados no sangue dos trabalhadores locais. Muitos jovens apresentam deformações físicas visíveis provocadas pela má utilização de equipamentos industriais pouco habituais. Em meio ao progresso voraz, o litoral se tornou também um lugar de criatividade e resistência popular. Em boa medida, o passar do tempo não apagou antigas formas de relação com o mundo natural, alguns modos de organização social, laços de solidariedade e afeição têm atravessado gerações.

A oralidade aponta que entre os grupos sociais secularmente estabelecidos no litoral, a idealização dos pescadores produziu uma imagem bastante distorcida que enxerga grupos de trabalhadores estáticos no tempo e vê os homens como uma espécie de prolongamento da paisagem natural. Na ponta do Mucuripe, e mais especificamente na praia do Titanzinho, entretanto, principalmente após a ampliação dos espigões de pedra para o porto, a prática do surfe deu uma continuidade renovada à tradição em que natureza, trabalho e cultura

²² Jornal *O Povo*, em 29/07/1980, 08.

facilmente se fundem. Os homens de várias formas se apoderam das águas, demarcam as pedras e vivenciam suas ruas de areia.

A cultura emergente, nesse sentido, surge como elemento criativamente novo, como força social não programada e, por isso, alternativa. De acordo com o surfista local Raimundo Cavalcante, popularmente conhecido como Raimundinho,

Cultura da pessoa é o jeito que você vive, o seu hábito de viver, de falar (...) a cultura ela muda de uma hora pra outra! (...) você tá aqui e querendo outra coisa, fazer outra coisa, uma coisa diferente né? Você tá fazendo uma coisa que nem é do seu país, da cultura de outro país. Você tá fazendo aquilo ali e você gosta e vai desenvolver aquilo ali, às vezes até mesmo naturalmente (...) você troca porque alguma coisa te agradou né? (...) ²³.

No litoral urbano, procuramos problematizar o sistema de concepções herdadas, com o qual se comunicam e se desenvolvem conhecimentos e atitudes acerca da vida. Nesse aspecto, há a percepção de que o poder e a tradição nem sempre são exercidos diretamente pela imposição ou ameaça, mas se constituem por meio de múltiplos discursos, valores e práticas. Por isso, convém repensar continuamente a questão da “recepção” local em relação às heranças culturais, às técnicas corporais e ao consumo de “produtos culturais”. Na prática do surfe:

A dificuldade que se encontra nesse meio é a transmissão de conhecimento e pra mim não foi diferente. Eu encontrei essa dificuldade também, preciso tá constantemente me reinventando, preciso tá estudando bastante, preciso tá me qualificando através de cursos, através de leituras, filmes e viagens, por quê? Por que o surfe é um esporte com uma dinâmica muito grande, preciso tá constantemente se reinventando pra permanecer no meio ²⁴.

Nas falas, o patrimônio cultural se constitui e se articula ao tempo cotidiano para projetar possibilidades históricas de intervenção no espaço. No trabalho, nas habitações, nas ruas e nos becos conformam-se relacionamentos pessoais e emerge a criatividade diária de homens e mulheres entrelaçados organicamente ao ambiente. Em certas circunstâncias, a população local se apropria, rearticula e dissemina práticas e sentidos sociais atribuídos à natureza, preservando-os ou modificando-os.

²³ Entrevista concedida por Raimundo Cavalcante Ferreira, em 12/08/2010.

²⁴ Entrevista concedida por Cláudio Kakão ao autor em 15/07/2012.



Figura 2: *Espigão do Titanzinho*, no litoral leste. As pedras de contenção para o porto, pouco visitadas pelos “de fora”, abrigam diversas sociabilidades locais. Fonte: Raimundo Ferreira Cavalcante (2013).

A partir da imagem acima observada, podemos problematizar, por exemplo, como a própria convivência nas pedras se concretiza como patrimônio local. Saltar para um banho de mar no espigão constitui diversão, emoção e prazer. Ao longo das gerações, as brincadeiras e as relações sociais nas pedras tornaram-se cenas recorrentes. Lugares de múltiplas memórias, supor que as pedras empilhadas por tratores e o rochedo natural servem somente como mecanismos de proteção contra o avanço da maré, é uma grande desatenção. Esses lugares somam-se a outros da cidade nos quais os elementos naturais, ou mesmo o tipo de arquitetura sobre eles empreendido, foram socialmente definidos pelos moradores como espaços de sociabilidades diversas. Surfistas, mergulhadores, pescadores e banhistas utilizam os espigões como meio de acesso ao mar, mas as pedras são marcadas e remarcadas constantemente com muitas experiências. Transformam-se, simultaneamente, em lugares de prazer, contemplação e perigo. Muitos moradores, aliás, choram ritualmente sobre as pedras a memória dos entes desaparecidos no mar.

Ao mesmo tempo, os “paredões” de pedra, por serem lugares de acesso difícil e escuros à noite, possuem “micro fronteiras” sociais nos quais os espaços são transformados em territórios intransponíveis para visitantes e muitos moradores da mesma comunidade. À beira da praia, acontecem desilusões e namoros proibidos; sobre as pedras, muitos jovens

iniciam a sexualidade e experimentaram drogas. Mortes, acidentes, traições matrimoniais e toda uma gama de atos escusos se desenvolvem sobre poeiras e paralelepípedos.

Vários indícios apontam, portanto, que entre os moradores das comunidades parece haver divergências gritantes sobre a afeição ou não dadas à vida à beira-mar. Entre pescadores e surfistas, por exemplo, a praia é quase sempre considerada como ponto de encontro, diversão e amizade. Aqui a praia conserva a ideia da dádiva divina e da fecundidade. A moradia na praia consiste num privilégio. Contudo, continua-se a conviver com o imaginário da maldição, da desgraça e da falta de sorte de ali se habitar. Desse modo, da relação dos homens com a natureza emergem também desacordos e desarmonias. Nas memórias, surgem tanto as imagens do paraíso quanto as do inferno. A ambiência perigosa, por sua vez, tem seu registro nos constantes riscos e acidentes banais. Ao longo do tempo, as histórias de aventureiros pretensiosos e moradores distraídos vitimados em acidentes fatais se espalharam.

Corpos e objetos se renovam e se desgastam na contínua relação com os elementos naturais. No trabalho associativo e comunitário, por exemplo, a preocupação recaía, principalmente, sobre a saúde das crianças. Em razão do imenso areal na praia, era elevado o índice de mortalidade e de doenças entre meninos e meninas do bairro. Em muitos casos, a areia podia anunciar, inclusive, a possibilidade da morte. De acordo com Dona Zuleide:

Dava diarreia, pneumonia, vômito e chegaram a morrer! Vários caixõezinhos eu fiz devido essa crise de diarreia que aparecia nas crianças, uma calamidade muito grande! (...), olhe, era muito crítico, muito sofrido. Eu via calamidade das mães chorando, limpando os olhos dos filhos direto, cheio de areia tudo. Quando botava o feijão no fogo aqui, metade era areia! Às vezes minhas filhas dizia: -Não, como isso não mãe que meus dente é tudo ringindo (...) Mastigando areia pura... Eu chorava! Às vezes botava um lençol por cima das cadeiras e botava elas pra comer debaixo pra na hora do almoço não comer só areia²⁵.

A superação das dificuldades decorrentes das areias não se limitou ao trabalho das associações de moradores. Entre os trabalhadores mais próximos do mar fazia-se necessária a realização de pequenos improvisos diários. Descarregava-se parte da terra com carrinho de mão, aguava-se o chão, empilhavam-se plantas e palhas sobre as dunas. Desse modo, a experiência concreta com um meio natural que por vezes se mostrava bastante hostil tornou esse um espaço marcado pela inventividade popular, capaz de amenizar os transtornos e

²⁵ Entrevista concedida por Maria Zuleide de Oliveira Moura em 01/05/2003.

reverter situações adversas. Há, nesse contexto, a convicção das características inerentes à condição praiana como uma experiência singular e de suma importância.

Historicamente, o desenvolvimento de certas sensibilidades tornaram os moradores capazes de distinguir detalhes, aparentemente secundários, como, por exemplo, na composição do solo e da água. Se para um visitante a areia da praia pode aparentar ser toda igual, para os que convivem diariamente com seus efeitos, essa diferenciação é uma observação no mínimo importante. Por outro lado, internamente, predomina uma diversidade de pontos de vistas em relação à convivência mais imediata com a natureza. A questão é perceber como as pessoas foram constituindo práticas culturais, sentimentos e modos de apreciação da natureza.

A superação do preconceito e da desigualdade econômica muitas vezes exige a aceitação de uma série de mudanças no estilo de vida, mesclando-se aí velhos hábitos e novos comportamentos. Emergem dessa negociação novas opções de vida e o desejo de vibrar com outras sensibilidades.

No futebol, se o cara não está jogando bem eles tiram e colocam outro. No surfe não, quem for mais bonitinho está com patrocínio. O cara dá um aéreo e fica com a prancha cheia de logotipo (...) foi de repente, já competia enquanto meus amigos jogavam futebol. Sabia surfar e jogar bola, mas tive que escolher. Hoje vejo que através do surfe conheci outros países e estados, já meus colegas do futebol ainda não saíram do Titanzinho²⁶.

Nas praias populares, além disso, se há controvérsias sobre os desígnios da natureza e as relações estabelecidas com o meio natural, há igualmente uma contradição sobre o valor econômico atribuído às casas da beira-mar. Diferentemente dos lugares nobres da orla, os pontos dos trabalhadores pobres não foram devidamente planejados e regularizados pelos poderes oficialmente constituídos. Nessa parte do litoral, operou-se uma estranha lógica de ocupação na qual as residências mais próximas da praia se tornaram exatamente as mais vulneráveis às intempéries naturais e, por isso, são menos valorizadas comercialmente. Como não interessa aos moradores de maior poder aquisitivo da região morar em frente à incômoda maresia, carregada sazonalmente pelos ventos fortes, as residências à beira da praia continuam sendo as mais rudimentares em matéria de arquitetura e segurança domiciliar. Por outro lado,

²⁶ Entrevista com Lucinho Lima (REVISTA HARD CORE, 2004: 17).

PATRIMÔNIO CULTURAL DO LITORAL DE FORTALEZA: OS DESAFIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

Se o menino tá dentro d'água o que ele tá vendo dentro d'água? Tá vendo uma gaivota que tá passando, tá vendo um peixe que tá passando, uma tartaruga... ele já começa a ter assim noções de oceanografia, começa a observar mais os astros, sabe que na lua cheia e na lua nova a maré é mais cheia ou mais vazante e pode dá onda, qual a época do ano que tem a melhor onda, já começa a se preocupar com a onda assim... vai esperar o dia que o mar tá mais perfeito e tal pra surfar. Enfim, o moleque já começa a pensar mais na natureza, começa a ver o lado mais bonito do negócio se ele tiver dentro d'água²⁷.

Nessa atmosfera a habilidade de reutilizar os elementos do dia-a-dia tornou-se um aprendizado fundamental, capaz de produzir a emergência de alternativas essenciais a essa população. Ali, a paisagem cultural gira também em torno da disponibilidade dos recursos naturais. Constituem-se referenciais culturais nos quais as sensibilidades nas relações entre homem e natureza se apresentam fundamentais. Em certas atividades o ambiente não pode ser considerado uma entidade estática, mas precisa ser concebido como uma série de processos maiores, alheios à ação humana, mas sobre os quais o homem pode e, talvez, deve interferir. Entendemos, até aqui, que somente a partir de um inventário de caráter mais dialógico torna-se possível perceber os diferentes modos de apreciação do litoral, bem como a apreensão de como as pessoas elaboram múltiplas percepções, reivindicações e sensibilidades acerca do patrimônio.

Considerações finais

O desenvolvimento de atividades de pesquisa e registro documental das tradições e sociabilidades que constituem o patrimônio cultural do litoral fortalezense configura um imenso desafio. Esforço válido, no entanto, na medida em que buscamos superar a histórica escassez de fontes e incentivar a produção de conhecimento sobre aspectos “despercebidos” na cidade. Importa, portanto, divulgar lugares, memórias e tradições culturais das localidades praianas, disponibilizando-os para uso em pesquisas acadêmicas, em projetos sociais diversos e no planejamento pautado no desenvolvimento sustentável das populações locais.

Através da organização de informações e conhecimentos estratégicos, esperamos estimular a formulação de políticas públicas de cultura, turismo, educação, meio ambiente,

²⁷ Entrevista concedida por João Carlos Sobrinho em 14/07/2010.

entre outras. Nos bairros, ansiamos contribuir com iniciativas de educação patrimonial e valorização da memória local em instituições escolares, associações comunitárias e outros espaços de sociabilidades. Além disso, buscamos fortalecer as relações entre universidade e as iniciativas associativas gestadas na cidade, estimulando, assim, a criação de linhas de pesquisas que respondam às necessidades locais e ampliem o comprometimento institucional com o desenvolvimento da região.

O trabalho nos arquivos e nas comunidades permite socializar, comparar e qualificar os resultados obtidos na pesquisa. O inventário, nessa perspectiva, tem uma relação direta com o olhar que os participantes locais lançam ao se apropriarem-se das memórias comunitárias, nas quais estabelecem reflexões e projetos para o local onde vivem. Este encontro entre múltiplas memórias propicia o fortalecimento dos laços identitários que unem os participantes da pesquisa. Entre outros desdobramentos, os sujeitos se revelam portadores de uma história comum, a ser lembrada e preservada, ressaltando os vínculos estabelecidos a partir do patrimônio e das referências culturais.

Bibliografia

ARANTES, Antonio A. Patrimônio Imaterial e Referências Culturais. *III Encontro Regional da América Latina e Caribe – CECA/ICOM – Museus e patrimônio intangível – o patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultural*, São Paulo, 2004.

CERTEAU, Michel. Andando na cidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DANTAS, Eustógio W. C. *Mar à vista: estudo sobre a maritimidade de Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

ENTREVISTA com Lucinho Lima. *Revista Hardcore*, São Paulo, n. 182, out. 2004.

GIRÃO, Blanchard. *Mucuripe: De Pinzón ao Padre Nilson*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1998.

GOMES, Alexandre O.; VIEIRA, João P. *Museus e memórias indígenas no Ceará: uma proposta em construção*. Fortaleza: SECULT, 2009.

PATRIMÔNIO CULTURAL DO LITORAL DE FORTALEZA: OS DESAFIOS DA
PESQUISA HISTÓRICA

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOLSTON, James. *Espaços de cidadania insurgente*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

NOGUEIRA, André A. *Surfando nas ondas do Titanzinho: Corpo, natureza, memória e cultura em Fortaleza*. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

NOGUEIRA, Antonio G. R. *Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas*. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 58, 2015.

NOGUEIRA, Antonio G. R. *O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação*. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, 2014.

NOGUEIRA, Antonio G. R. *Benfica em três tempos: patrimônio, inventário e memória local*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. R (orgs.). *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX*. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

ROLNIK, Raquel. Lei e política: a construção dos territórios urbanos. *Projeto História*, São Paulo, n. 18, mai. 1999.

SÁ, Leonardo D. de. *Guerra, mundão e consideração*. Uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

TAMASO, Izabela. *A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...* *Sociedade e Cultura*, Brasília, v. 8, n. 2, jul./dez. 2006.

Data de recebimento: 14/03/2016

Data de aceite: 16/05/2016